

# Relatório sobre o Adoecimento Mental de Profissionais da Educação no Paraná: Análise de Dados Oficiais

## 1. Sumário Executivo: Panorama Urgente

Este relatório, fundamentado em dados oficiais do Governo do Estado do Paraná (solicitados pela Frente Parlamentar de Proteção à Saúde Mental da ALEP) e corroborado por pesquisa acadêmica recente, evidencia um cenário desafiador em relação à saúde mental entre os profissionais de educação da rede estadual. Em 2024, foram registradas **10.426 licenças médicas por transtornos mentais entre servidores de carreira**, um número que, por não contabilizar mais de 32.000 servidores temporários, sugere que a realidade é ainda mais abrangente. Para os professores, a situação se mostra particularmente relevante: **mais de um em cada quatro afastamentos para tratamento de saúde foi motivado por causas psíquicas**.

A tese de Grison (2025) contextualiza esses dados dentro de uma "cultura de silenciamento" e "acelerada transformação do trabalho docente" que influenciam o bem-estar psíquico, indicando um problema estrutural. O autor também aponta para a "epidemia medicamentosa", onde a permanência no trabalho é, para muitos, condicionada ao uso de remédios, sinalizando a necessidade de atenção sistêmica à questão da saúde dos educadores.

Estes dados representam informações cruciais para a compreensão do impacto na vida dos profissionais e no sistema educacional. Este relatório visa apresentar esses achados de forma clara, contribuindo para a busca de soluções e a garantia do bem-estar dos educadores.

## 2. Introdução: O Bem-Estar nas Salas dos Professores: Um Cenário em Análise

A saúde mental dos educadores é um componente fundamental para a qualidade do ensino-aprendizagem e o desenvolvimento humano. O bem-estar dos profissionais da educação é não apenas uma questão de direitos trabalhistas, mas uma condição essencial para a eficácia do processo educacional em sua totalidade.

Este relatório tem como objetivo apresentar, através de dados oficiais do Governo do Estado do Paraná e fundamentado por estudo recente, o panorama da saúde mental entre os profissionais da educação na rede estadual. Conforme

Grison (2025), a saúde mental é uma problemática complexa e interdisciplinar, profundamente inserida nos modos de vida e nas interferências sociais, culturais, políticas e econômicas de um determinado contexto histórico. Não se trata de uma condição apartada da realidade concreta, mas sim de um reflexo do lugar ocupado por cada ser humano no mundo. A pesquisa de Grison (2025) amplia essa compreensão ao observar os elementos que interferem na saúde mental docente sob a perspectiva da cultura e do trabalho, evidenciando que os dados aqui apresentados refletem um desafio sistêmico e multifacetado.

### **3. Análise dos Dados sobre Saúde Ocupacional na Educação**

A análise dos números oficiais da SEAP, aliada aos achados da tese de Grison (2025), oferece uma compreensão aprofundada da situação da saúde mental na educação paranaense.

#### **3.1. A Representatividade dos Dados: A Exclusão dos Servidores Temporários**

Os dados oficiais para o exercício de 2024 consideram apenas os servidores de carreira (efetivos) da Secretaria de Estado da Educação (SEED). Em novembro de 2024, a SEED contava com 62.768 servidores efetivos e 32.561 temporários (PSS). O Centro de Educação Profissional do Paraná (CEPR), por sua vez, registrou 401 servidores efetivos no mesmo período.

**Ponto de Análise:** Uma parcela significativa da força de trabalho da educação paranaense (aproximadamente 34%) é composta por servidores temporários (PSS), que não são contabilizados nas estatísticas oficiais de saúde. A precariedade do vínculo PSS é, por si só, um reconhecido fator de estresse e ansiedade. Grison (2025) inclui "os processos de seleção dos professores 'temporários'" como um dos elementos que contribuem para a "acelerada transformação do trabalho docente" e o consequente desgaste da saúde mental. Isso sugere que a situação real, se incluísse os temporários, poderia apresentar indicadores ainda mais amplos do problema. Os números oficiais, embora já expressivos, podem subestimar a verdadeira dimensão do cenário.

#### **3.2. A Dimensão dos Afastamentos: Licenças por Tratamento de Saúde e por Transtornos Mentais**

Os dados detalhados de licenças médicas revelam a abrangência dos afastamentos na SEED e no CEPR.

**Tabela 1 - Ocorrências de afastamentos dos servidores da SEED e CEPR por cargo:**

SEED - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO				CEPR - COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ		
QFEB - Quadro dos Funcionários da Educação Básica			QPM - Quadro Proprio Magistério	QFEB - Quadro dos Funcionários da Educação Básica		QPM - Quadro Proprio Magistério
	AGEB I - Agente Educacional I	AGEB II - Agente Educacional II	PF - Professor	AGEB I - Agente Educacional I	AGEB II - Agente Educacional II	PF - Professor
Ocorrência	Total no ano	Total no ano	Total no ano	Total no ano	Total no ano	Total no ano
150 - Redução de Carga Horária - Judicial	0	2	6	0	0	0
151 - Redução de Carga Horária - Art. 63 Lei 18419/2015	90	156	206	0	0	0
152 - Prorrogação Licença à Gestante/Maternidade Lei 16176/2009	6	39	216	0	0	0
154 - Prorrogação Licença à Gestante/Maternidade Judicial	0	1	2	0	0	0
157 - Prorrogação Licença para Adoção Lei 16176/2009	0	2	28	0	0	0
161 - Licença Prévia a Avaliação Presencial	182	74	1195	0	0	14
17 - Licença por Pessoa da Família - Horas	3	35	39	0	1	0
171 - Impossibilidade de concessão da licença médica por haver conflitos de benefícios.	141	80	631	0	0	0
35 - Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família	377	537	3766	0	3	22
36 - Licença por Pessoa da Família sem Remuneração	0	0	24	0	0	0
41 - Licença para Trâmite de Aposentadoria por Invalidez	0	14	160	0	0	0
410 - Interrupção da Licença para Trâmite de Aposentadoria por Invalidez	0	2	13	0	0	0
36 - Licença por Pessoa da Família sem Remuneração	4	0	0	0	0	0
41 - Licença para Trâmite de Aposentadoria por Invalidez	39	0	0	0	0	2
42 - Licença para Tratamento de Saúde por Acidente de Trabalho	0	13	98	0	0	0
410 - Interrupção da Licença para Trâmite de Aposentadoria por Invalidez	5	0	0	0	0	0
42 - Licença para Tratamento de Saúde por Acidente de Trabalho	62	0	0	0	0	0
52 - Licença à Gestante/Maternidade	6	39	224	0	0	0
57 - Licença para Adoção	0	2	31	0	0	0
58 - Horas de Licença para Tratamento de Saúde	84	160	550	0	1	2
600 - Afastamento da Função	885	40	2137	0	0	13

61 - Licença para Tratamento de Saúde	6276	4203	34344	12	13	146
66 - Licença por Doença em Pessoa da Família com Perda de 50% do vencimento	24	7	127	0	0	1
801 - Pedido de Licença Médica Indeferido	146	79	896	0	0	11
<b>Totais</b>	<b>8330</b>	<b>5485</b>	<b>44693</b>	<b>12</b>	<b>18</b>	<b>211</b>

Fonte: Dados Oficiais da SEAP - Secretaria de Estado de Administração e Previdência do Paraná (2024).

**Ponto de Análise:** O total de licenças por tratamento de saúde na SEED é de **41.538** (soma dos totais de AGEB I, AGEB II e QPM). O total de licenças por transtornos mentais, que veremos na próxima seção, é uma parcela significativa dessas ocorrências. Um total de **10.426 licenças médicas** foi concedido por transtornos mentais e comportamentos aos servidores de carreira da educação na SEED em 2024. Isso corresponde a uma média de aproximadamente **41 afastamentos por dia útil**, um número que reflete um volume significativo de adoecimento psíquico no ambiente de trabalho. Grison (2025) observa uma "piora muito acentuada da saúde mental docente", associando-a à "implementação da cultura de silenciamento no trabalho docente", à "inserção de elementos não pedagógicos no cotidiano escolar" e ao "uso de recursos tecnológicos para interferir, fiscalizar e direcionar o trabalho docente". Sentimentos como "desânimo, desmotivação, estresse, impotência e cansaço" estão entre os mais apontados pelos docentes participantes da pesquisa.

### 3.3. O Cenário dos Transtornos Mentais: Foco nos Códigos CID F00-F99

Ao focar nos afastamentos por transtornos mentais e comportamentais (CID F00-F99), a prevalência de causas psíquicas torna-se ainda mais nítida.

Tabela 2 - Ocorrências de afastamentos por Transtornos Mentais e Comportamentais (CID F) dos servidores da SEED e CEPR por cargo:

<b>SEED - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO</b>	QFEB - Quadro dos Funcionários da Educação Básica	AGEB I - Agente Educacional I	<b>Total no ano</b>	624
		AGEB II - Agente Educacional II	<b>Total no ano</b>	914
	QPM - Quadro Proprio Magistério	PF - Professor	<b>Total no ano</b>	8888
<b>CEPR - COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ</b>	QFEB - Quadro dos Funcionários da Educação Básica	AGEB I - Agente Educacional I	<b>Total no ano</b>	1
		AGEB II - Agente Educacional II	<b>Total no ano</b>	0
	QPM - Quadro Proprio Magistério	PF - Professor	<b>Total no ano</b>	43

Fonte: Dados Oficiais da SEAP - Secretaria de Estado de Administração e Previdência do Paraná (2024).

**Ponto de Análise:** Para os professores da SEED (QPM), **25,88% de todas as licenças para tratamento de saúde em 2024 foram motivadas por transtornos mentais** (8.888 licenças de saúde mental em um total de 34.344 licenças para tratamento de saúde). Ou seja, mais de um em cada quatro professores que precisou de licença médica se afastou por uma causa diretamente ligada à saúde mental. Grison (2025) conclui que "Ser docente na Educação Básica Pública Paranaense é desgastante e causa medo", e sua pesquisa (GRÁFICO 11, mencionado em Grison, 2025) demonstra que o aumento dos diagnósticos de problemas de saúde mental é um efeito direto do trabalho realizado na educação. Esta análise sugere que se trata de uma questão estrutural e ocupacional no ambiente de trabalho docente.

Ao considerar o total de licenças por saúde mental na SEED (10.426) em relação ao total de servidores efetivos (62.768), a rede estadual de educação registrou uma taxa de **16,6 licenças por saúde mental a cada 100 servidores de carreira**. Este volume de afastamentos impacta não apenas a vida dos servidores, mas também gera custos significativos para o estado e pode causar descontinuidade pedagógica para os alunos devido à constante troca de professores. Grison (2025) descreve como "as práticas vividas pelos trabalhadores vão arruinando o físico e o psicológico de maneira generalizada", levando a uma "vida danificada" permeada pelo sofrimento. O estudo ainda revela que a "permanência no trabalho só é possível por intermédio do uso de remédios, como evidenciado no GRÁFICO 12" (mencionado em Grison, 2025), onde mais da metade dos participantes de sua pesquisa precisou ou permanece utilizando medicamentos para conseguir trabalhar. Complementarmente, o GRÁFICO 13 (mencionado em Grison, 2025) aponta que mais de 60% dos docentes trabalham frequentemente em situação de desconforto físico ou mental.

## 4. Considerações Finais e Recomendações

Com base nas evidências apresentadas, é fundamental o desenvolvimento de ações eficazes para promover a saúde e o bem-estar dos profissionais da educação. Reconhecer a natureza sistêmica do desafio é o primeiro passo para o desenvolvimento de políticas públicas mais abrangentes.

Propomos as seguintes medidas:

- **Inclusão e Censo de Saúde Abrangente:** É crucial a imediata inclusão de **TODOS** os servidores, incluindo os temporários (PSS), em todos os levantamentos de saúde ocupacional. A tese de Grison (2025) reforça que a precariedade dos PSS é um fator de risco psicossocial, tornando sua

exclusão uma omissão que restringe a compreensão completa da realidade. O MEC pode considerar a inclusão de dados de todos os vínculos como um critério em futuros programas e repasses para fomentar a transparência e a abrangência das informações.

- **Programa Nacional de Saúde Mental na Educação:** Sugere-se que o MEC estabeleça um programa nacional com diretrizes claras, financiamento adequado e metas para a prevenção, promoção e tratamento da saúde mental dos trabalhadores da educação. Grison (2025) aponta para a Lei estadual 14.992, de 06 de janeiro de 2006, que instituiu um programa similar no Paraná, questionando sua implementação e fiscalização. Isso demonstra a necessidade de uma iniciativa federal com acompanhamento contínuo e que inclua a capacitação de gestores para lidar com a questão.
- **Revisão das Condições de Trabalho:** Recomenda-se a criação de uma comissão multissetorial (envolvendo educação, saúde, trabalho e representantes de classe) para investigar e propor mudanças nos fatores que contribuem para o adoecimento. Grison (2025) detalha esses fatores, incluindo: "demora na realização de concursos públicos, processos de seleção dos professores 'temporários', formação continuada, elaboração de roteiros didáticos para aulas, disponibilidade de materiais e recursos tecnológicos para realização das práticas pedagógicas, ausência de recomposição salarial, estabelecimento de gratificações financeiras associadas a conquistas de índices e sem vinculação permanente com planos de carreira, desvalorização constante, fiscalismo generalizado e desgaste frequente".
- **Acolhimento e Tratamento Acessível:** Garantir o acesso rápido, desburocratizado e sigiloso a atendimento psicológico e psiquiátrico para todos os servidores da educação. Além disso, valorizar e replicar iniciativas de apoio coletivo, como as "Comissões de Saúde nas Escolas", "Círculo de Leituras" e os "Comitês de Acolhimento e de Orientação a Educadores e a Estudantes Paranaenses (CAOEEP)" citados por Grison (2025), que são modelos de apoio coletivo que "não dependem de determinações legais para existir, não exigem autorização específica burocratizada, não demandam muitos recursos financeiros e podem ser potenciais promotores de fortalecimento coletivo".
- **Fiscalização e Acompanhamento de Políticas:** É crucial que órgãos como a Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), o Ministério Público (MP) e o Tribunal de Contas do Estado (TCE) intensifiquem a fiscalização da aplicação das leis existentes (como a Lei estadual 14.992/2006) e o monitoramento de novas iniciativas, como o Aplicativo Bem Cuidar, conforme sugerido por Grison (2025). O autor ainda propõe a investigação das leis federais 14.681/2023 (Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação) e 14.819/2024 (Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares), para avaliar seus efeitos e garantir a eficácia de sua implementação.

- **Engajamento Político e Diálogo:** O debate sobre a saúde mental docente deve ser elevado nas agendas políticas, envolvendo representantes, sindicatos e a academia. Grison (2025) destaca a relevância do engajamento dos docentes, que representam uma parcela considerável da população votante, para a promoção de ações e debates qualificados sobre o cenário atual.

### **Referência Bibliográfica**

- Grison, Everton Marcos. A saúde mental dos/das docentes da educação básica pública paranaense : um estudo a partir da perspectiva da cultura e do trabalho / Everton Marcos Grison - Curitiba, 2025. 1 recurso on-line: PDF. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Orientador: Prof. Dr. Geraldo Balduino Horn. Bibliotecária: Maria Teresa Alves Gonzati CRB-9/1584.

**Deputada Estadual Ana Júlia Ribeiro**

**Elisson Mildemberg  
Frente Parlamentar de Proteção a saúde mental  
CRP/PR 08/25911**

**Ana Paula Gnap  
Assessora Parlamentar**